

ENTREVISTA DE JÚLIO FURTADO – REVISTA DIRECIONAL EDUCADOR

1- **DE:** Por que é preciso rever o conceito de “dar aulas”?

JÚLIO FURTADO: Costumo dizer que a expressão “dar aula” é dependente da ação de “receber aula”. Ninguém “dá aula” se outro não “recebe aula”. Podemos pensar numa situação bizarra em que, de um lado, alguém oferece um presente e, do outro, alguém se recusa a recebê-lo. O presente só será, de fato, dado se for recebido. Fazendo uma analogia com a sala de aula, podemos nos perguntar quantas ou quantos por cento de nossas aulas são realmente “recebidas”, pois só assim terão sido dadas. Outra decorrência desse fato é que de tanto “oferecer aula” e receber em troca uma recusa, os professores começam a “impor aula”. Ou abandonamos essa expressão (dar aulas) ou convencemos os alunos a receber aula. A meu ver, muito mais apropriado do que o binômio dar e receber é a ação de construção coletiva da aula, que pressupõe disponibilidade, principalmente por parte do professor. Ao se disponibilizar para uma relação de aprendizagem, o professor se dispõe, principalmente ao diálogo, que irá possibilitar a construção de significado. Eis o “nó” da questão. Possibilitar ao aluno a construção de significado requer um diálogo de visões, para o qual grande parte dos professores não está disponível. Diálogo de visões exige postura empática, que por sua vez significa colocar-se no lugar para, como diz Paulo Freire, enxergar o mundo através dos olhos do aluno. É preciso rever o conceito de “dar aulas” porque elas não andam sendo dadas “de coração”.

2- **DE:** Num mundo repleto de estímulos eletrônicos e digitais, como o professor pode desafiar, instigar seus alunos? A solução livro, lousa e giz ainda é viável?

JÚLIO FURTADO: Instigar é mais do que motivar. É provocar e convidar à superação. A tríade livro-lousa-giz pode sim ser um instrumento de instigação se bem utilizada pelo professor. Já vi aulas altamente instigantes a partir desse trio de recursos, assim como já vi aulas eletrônicas e totalmente digitais entediantes e desinteressantes. Acho que a tecnologia é componente muito importante da relação ensino-aprendizagem em nossos dias, mas não determinante. As habilidades de argumentar, envolver e contar histórias são essenciais para o processo de instigação. Outra ação fundamental é a de realizar a transposição didática dos conteúdos. Transformar conhecimentos científicos em conhecimentos “ensináveis e aprendíveis” é, talvez a principal competência de um professor. Ao fazer isso através de estímulos eletrônicos e digitais, podemos potencializar o resultado e acelerar a construção de sentido, mas o “velho trio” livro-lousa-giz ainda funciona se bem utilizado. Acho até mesmo recomendável sua utilização como contraponto “humanizante” da relação de aprendizagem num mundo tão eletrônico e tão digital.

3- **DE:** Como desenvolver a autonomia dos alunos em sala de aula?

JÚLIO FURTADO: Vamos combinar primeiro o que entendemos por autonomia. Ser autônomo é auto governar-se. É gerir-se no mundo de forma competente e lúcida, fazendo escolhas, aceitando limites e assumindo os riscos e consequências das escolhas. Logo o desenvolvimento da autonomia pressupõe o desenvolvimento dessas competências. O desenvolvimento da autonomia em sala de aula requer, em síntese, que o professor planeje atividades que permitam ao aluno fazer escolhas, aceitar limites e assumir consequências. Ao passar um trabalho de pesquisa, por exemplo, o professor deve prever o espaço da autonomia, avaliando, também, seus componentes. Para isso é necessário que haja regras, mas que haja, também, espaço de escolhas e riscos. O desenvolvimento da autonomia envolve um repensar e um reconfigurar de vários processos. É essencial, por exemplo que repensemos situações em que o aluno não tenha escolha ou envolvimento. O processo de avaliação é um grande desafio. Nesse contexto, precisamos repensar o papel do aluno que deve ir muito além de mero avaliado. A avaliação a serviço do desenvolvimento da autonomia é a avaliação negociada, na qual o aluno participa do planejamento do processo, opina e assume posturas negociadas, o que favorece a formação de um ser autônomo.

4- **DE:** Para promover a aprendizagem significativa, por que é importante elevar a autoestima dos alunos?

JÚLIO FURTADO: A principal característica da aprendizagem significativa é a construção de sentido, a partir de um significado. Há uma tênue diferença entre esses dois conceitos. Significado é intercambiável, é objetivo. É possível de ser trocado, de ser oferecido pelo professor, como referencial para que o aluno construa sentido, que por sua

vez é subjetivo, impossível de ser plenamente trocado ou oferecido. Nesse processo de construção de sentido, é fundamental que o aluno sintam-se “autorizado” a ser quem ele é. É preciso ser para aprender. A aprendizagem significativa é fruto da “permissão de ser”, mais que isso, é fruto da “sensação de ser”. Estamos falando da maneira específica e natural de ser de cada um de nós, que se transforma na medida em que interagimos significativamente com o mundo e com os outros. Alguém que não tem “permissão de ser” não se habilita a aprender, pois não tem referenciais internos para alimentar a interação necessária com o objeto da aprendizagem. Nossos alunos precisam sentir que podem ser o que são na sala de aula e que toda parte de si que não for muito conveniente será objeto de uma negociação respeitosa que levará a uma adaptação de comportamento que, por sua vez, será um ganho de habilidade relacional, um presente para ser melhor no mundo. É claro que não estamos aqui contradizendo nosso papel de formadores de atitudes socialmente aceitas. É preciso ensinar os alunos a equilibrarem o “ser” e o “estar”, sob pena de sermos excluídos do mundo. Estamos nos referindo a atitude de fazer isso sem anular o “ser” já construído que esse aluno traz. Sem desqualificar quem ele é. Essa atitude exige de nós, professores, duas posturas nada fáceis, porém não impossíveis de serem aprendidas com determinação e persistência: **O olhar fenomenológico**, que consiste em olhar o aluno e seu comportamento por si só, o mais livre possível de julgamentos estereotipantes. Dizer, por exemplo “*Pedrinho usa expressões que são comuns entre marginais*” ao invés de dizer “*Pedrinho é um marginalzinho, com certeza!*”. A segunda é a **postura transcultural**, que consiste em explorar, conhecer, respeitar e entender a cultura do aluno, levando em conta a possibilidade de enriquecer a sua própria cultura. Essas atitudes favorecerão a segurança necessária para encarar o desafio e aprender.

- 5- **DE:** Qual o papel da interação entre os alunos na aprendizagem significativa?

JÚLIO FURTADO: Vivemos num mundo organizado pela cultura e dinamizado e perpetuado pela linguagem. A aprendizagem é o motor da manutenção ou da mudança, dessa forma, a troca de percepções entre os alunos estimula a ampliação de ideias e a testagem de hipóteses pessoais. Segundo Vygotsky, o indivíduo não nasce pronto nem é cópia do ambiente externo. Em sua evolução intelectual há uma interação constante e ininterrupta entre processos internos e influências do mundo social. A partir dessa afirmação, Vygotsky justifica a necessidade de interação social no processo de aprendizagem. Sempre atento à “natureza social” do ser humano, que desde o berço vive rodeado por seus pares em um ambiente impregnado pela cultura, Vygotsky defendeu que o próprio desenvolvimento da inteligência é produto dessa convivência. Para ele, “na ausência do outro, o homem não se constrói homem”. Enfim, é através da aprendizagem nas relações com os outros que construímos os conhecimentos que permitem nosso desenvolvimento mental. Essa interação deve se concretizar em sala de aula através do estímulo para que os alunos troquem ideias e opiniões. Essas trocas devem ser breves e em pequenos grupos (três alunos é o ideal) para se evitar a dispersão e perda de foco. No momento em que um aluno ouve a opinião do colega e reflete sobre o que ele diz, ele tem a oportunidade de ratificar ou retificar sua opinião, através de uma síntese dialética, necessária a todo conhecimento consistente.

- 6- **DE:** Quando se fala no conceito de aprendizagem significativa, é correto pensarmos já nas crianças da Educação Infantil? Ou seja, já a partir da Educação Infantil o professor deve trabalhar visando a aprendizagem significativa?

JÚLIO FURTADO: Não só é correto, mas é essencial. As primeiras aprendizagens na escola abrem os horizontes e imprimem o sentido da aprendizagem formal. Quando a criança desde a Educação Infantil aprende a construir sentido a partir de significados, ela interioriza essa prática e desenvolve o gosto de aprender. A própria aprendizagem da escrita, quando se faz de forma significativa, colabora positivamente para a formação de bons e dedicados leitores. Pesquisas mostram que a aprendizagem da leitura paralela ao processo de letramento promove a formação de leitores mais funcionais e críticos. No caso da Matemática, a aprendizagem através do lúdico (jogos) leva à construção de sentido através do desenvolvimento de habilidades operatórias, que possibilitam a compreensão e intervenção nos fenômenos sociais e culturais que cercam a criança. Dessa forma, a criança construirá elementos para estabelecer relações e desenvolver o raciocínio lógico-

matemático, essencial, inclusive para a aprendizagem da leitura e da escrita. Em síntese, a aprendizagem significa nasce na Educação Infantil.

- 7- **DE:** Por que nossa educação tem errado tanto em relação à avaliação, promovendo apenas exames e constatações? Como mudar essa situação? O que recomenda às escolas e educadores que querem promover mudanças em suas instituições?

JÚLIO FURTADO: A escola ainda não conseguiu romper com a aplicação de exames, através dos quais apenas se constata o quanto se aprendeu. Acredito que a questão seja basicamente conceitual, embora envolvida por forte componente ideológico. Eu penso que a questão conceitual é real. As pessoas não tem a dimensão do verdadeiro e pleno sentido da avaliação. Professores, alunos e sociedade são prisioneiros de um conceito pobre e limitado de avaliação, que reduz o processo a mera e empobrecida constatação do que foi aprendido. A questão ideológica fica por conta de a quem esse conceito deturpado e empobrecido serve. Avaliar inclui três ações fundamentais: constatar, refletir e agir. Constatamos através dos instrumentos de avaliação. Constatar, nesse contexto significa identificar o que se aprendeu e o que se deixou de aprender. A próxima etapa precisa levar o professor a refletir a respeito de suas próprias ações. O que facilitou as aprendizagens e o que dificultou as não aprendizagens? Que ações devem ser mantidas e quais precisam ser modificadas? Na terceira etapa, o professor decide e age no sentido de resgatar o que não foi aprendido. A plena avaliação só se completa com essa ação de resgate que promove aprendizagens para o professor e para o aluno. É a etapa de decidir e agir que dá sentido ao ato de avaliar: garantir a aprendizagem. É esse o sentido natural da aprendizagem na vida: ajudar-nos a buscar formas e caminhos para o sucesso. Fica fácil perceber o que quero dizer através de exemplos cotidianos da avaliação, como por exemplo, no ato de, após nos vestirmos para uma festa, analisarmos a produção em frente ao espelho. O que estamos fazendo? Estamos constatando se a roupa nos caiu bem ou não (Constatação). Caso algo não esteja do nosso agrado, observamos e pensamos o que pode estar errado (Reflexão). Ao identificarmos que a cor da blusa, por exemplo, não está combinando com o restante, resolvemos trocá-la. Nesse momento, dirigimo-nos ao armário e escolhemos outra blusa (Decisão/Ação). Na vida é assim, o ato de avaliar é natural e completo. Na escola, porém, quando muito chega à fase da reflexão e na maioria das vezes descamba para o desânimo e para o conformismo (Esses alunos não aprendem mesmo!). Estranho é estarmos falando tanto em inclusão social e a escola ainda persistir num modelo excludente de avaliação que existe desde o século XVI (componente ideológico). A mudança dessa situação reside na ruptura desse modelo excludente de avaliação. Para rompê-lo, a escola precisa garantir as três etapas do ato de avaliar. Nós, professores, precisamos romper com a ideia de que avaliação e aprendizagem são momentos distintos. Avalia-se durante a aprendizagem e aprende-se durante a avaliação. Avaliar significa, em última instância, identificar e agir para que haja aprendizagem. Assim como na vida, a avaliação precisa estar a serviço do sucesso (Alguém já se olhou no espelho com o objetivo de se vestir mal?).

- 8- **DE:** No livro *Professor – vida, morte e ressurreição*, você e Sandra Bozza analisam a reconstrução da identidade do professor. Em sua avaliação, qual a maior necessidade hoje do nosso professor: formação ou consciência de seu papel social?

JÚLIO FURTADO: Quando o professor adquire consciência de seu papel social, ele valoriza e busca a formação, pois compreende que, sem ela, torna-se objeto de fácil manipulação, na medida em que abre mão da manutenção de sua competência. A necessidade de formação é resultado da falta de consciência de seu papel. De forma geral, o professor não valoriza a formação continuada como reação aos baixos salários e estabelece uma relação perigosa para a profissão: vincular a qualidade de seu trabalho ao salário e valorização que recebe. Um dos pré-requisitos para sua “ressurreição” é a desvinculação dessas questões. Sua competência profissional precisa ser argumento determinante da luta pela melhoria de sua condição social e essa luta precisa ser organizada e constante, envolvendo todos os personagens que compõem o contexto educacional, incluindo os pais e a comunidade.